

PERCEPÇÕES DE DIFERENTES AGENTES ACERCA DOS PROCESSOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ana Paula Leivar Brancaleoni – Univ. Estadual Paulista – UNESP
anapaulabrancaleoni@gmail.com

Ana Claudia Giannini Borges – Univ. Estadual Paulista - UNESP
agiannini@fcav.unesp.br

Resumo: Os Empreendimentos de Economia Solidária (ES) apresentam-se como alternativa para os excluídos do emprego formal, mas há vários entraves no seu funcionamento. Objetiva-se compreender as representações sobre os processos vivenciados na gestão do trabalho em três grupos de ES. Pautou-se em abordagem qualitativa e coleta de dados: análise documental, observação participante e entrevistas. Constatou-se que: a incorporação dos princípios da ES nos grupos era um desafio, em poucos momentos contemplado; faltava de clareza acerca nas relações com o Poder Público; carência de construção efetiva de metas e projetos coletivos.

Palavras chave: Economia Solidária, grupos de geração de renda, autogestão.

Abstract: The Enterprises of Solidary Economy (SE) is an alternative for people excluded from formal employment. But the Solidarity Enterprises face several obstacles in its operation. This article aims to understand the representations of experienced processes in work management into three groups of Solidarity Economy. The survey was conducted in a qualitative approach. Data collection instruments were: document analysis, participant observation and interviews. The results of the research are: the incorporation of the principles of ES in groups was a challenge in a few moments contemplated; lacked clarity about the relations with the government; lack of effective building goals and collective projects.

Keywords: Solidarity Economy, groups of income-generating, self-management.

I. INTRODUÇÃO

As transformações socioeconômicas, que se intensificam no Brasil, principalmente a partir da década de 90, com a ascensão das políticas neoliberais, resultam em um panorama cada vez mais inquietante, sendo a garantia da dignidade humana o pressuposto fundamental a ser perseguido. Isto porque, ainda que, o Estado, no Brasil, nunca tenha se configurado dentro de um modelo de *bem estar social*, teve sua atuação cada vez mais diminuída na regulação da relação capital-trabalho e no atendimento das demandas sociais. No caso destas últimas, foram atribuídas como responsabilidade da sociedade civil, através de organizações ou grupos. Assim, questiona-se o caráter emancipatório do crescimento do Terceiro Setor a partir deste período (MONTAÑO, 2002).

Além disso, nesse período, acentuam-se também as transformações na organização do trabalho, em direção a um modelo mais flexível de produção.

Esse contexto induz à precarização e diminuição da qualidade de vida no trabalho, o que inclui a perda de atuação das legislações trabalhistas, bem como do poder de atuação dos trabalhadores e de suas representações (sindicatos) (ANTUNES, 2002).

Frente a este quadro, em que há o recrudescimento da desigualdade social, intensifica-se também a busca por alternativas de geração de trabalho e renda, para um número de desempregados cada vez maior. Assim, a Economia Solidária passa a ser vista como um possível caminho, na medida em que ela é compreendida como forma potencial para o combate à desigualdade social.

A economia solidária pauta-se, portanto, em outra lógica que faz com que a mesma venha se disseminado, cada vez mais, como uma possibilidade de sobrevivência das camadas da população excluídas do mercado formal de trabalho e que venha se manifestando sob diferentes formas organizativas. Trata-se de uma concepção construída sobre princípios gerais, como: a prática da autogestão, caracterizada por tomadas de decisão mais democráticas; por relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos; e pela horizontalidade nas relações sociais em geral (COUTINHO; BEIRAS; PICININ; LUCKMANN, 2005).

Assim, segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), a Economia Solidária pode ser descrita como um conjunto de atividades econômicas que são organizadas e realizadas por trabalhadores, seguindo quatro principais características: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade (MTE, 2006).

É importante esclarecer que, em tese, a Economia Solidária não pode ser considerada como uma política compensatória, como saída para a falta de emprego e renda para os trabalhadores e tampouco restringir esta economia a um setor à parte (o terceiro setor). Isso porque deve pautar em uma nova concepção nas esferas econômica e social, na medida em que esta é vista como um processo de transformação social, pois se baseia em conceitos como solidariedade e autogestão. Assim, em tese, deveria promover, para além da questão econômica, transformações nas dimensões

sociais, políticas e culturais (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008).

Com isso, o presente trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica de três Grupos de geração de trabalho e renda, que foram assessorados por um projeto de Extensão Universitária, com especial enfoque para as percepções dos agentes acerca: dos motivos para a aproximação com a Economia Solidária; das relações estabelecidas com o Poder Público; e da apropriação dos princípios da Economia Solidária pelos grupos.

II. TRAJETÓRIA METODOLOGIA

Utilizou-se, para a realização deste estudo, uma abordagem qualitativa. Esta opção, como aponta Alves (1991), tem como principais características a visão contextualizada dos fenômenos, a abordagem indutiva e a investigação naturalística.

Enquanto instrumentos de coleta de dados foram utilizados: análise documental; entrevistas com representantes de três grupos de economia solidária (sendo que dois deles já havia se encerrado no momento da realização dessa entrevista); além de observação participante, realizada ao longo de dois anos e sistematicamente registrada em diário de campo. Os grupos pesquisados foram: uma horta urbana organizada a partir de um Projeto idealizado por um médico, direcionado a pessoas que conviviam com o HIV; uma associação de catadores de recicláveis; e um grupo de mulheres artesãs.

Os dados foram analisados através da Análise de Conteúdos, conforme Bardin (1977).

III. RESULTADOS

III.1 Motivos para a aproximação da Economia Solidária

A questão da renda foi apresentada pelos membros dos grupos como o principal motivo para a vinculação à proposta de grupo e futuro empreendimento, ainda que com ênfase diferente para cada um dos coletivos.

Analisando os dados relativos à Associação de Catadores, tem-se que a necessidade de trabalho e renda comparece quase que como único motivo para vinculação inicial à Associação. A senhora Gilda afirma:

Daí a gente não encontrava mais emprego e precisava comer, vestir... vim trabalhar aqui.

Após a vinculação com o grupo e com o trabalho, passavam a defender e a afirmar que o trabalho que realizavam era bom. A fala do senhor Claudio ilustra esse posicionamento:

Porque o trabalho que a gente faz não é ruim, tem muito trabalho pior, o nosso não.

Entre os membros do grupo da horta, a questão da renda também comparecia como principal motivo para a vinculação, ainda que a convivência com o grupo também tenha sido indicada. A adesão ao tratamento foi um dos motivadores para a equipe de saúde propor o projeto. Destaca-se a

configuração distinta desse grupo, na medida em que seus integrantes recebiam uma “bolsa” no início do mesmo, tendo exigência para o recebimento da mesma que esses fossem pacientes do ambulatório de infectologia da cidade e que realizassem adequadamente o tratamento antirretroviral. Destaca-se, portanto, que a ideia de gerar renda através da horta não partiu do próprio grupo, mas foi um projeto elaborado por um médico. Dessa forma, atenderam a um convite para participar do mesmo. A senhora Clara referiu que:

A nossa situação é difícil. Essa renda faz diferença mesmo.

Já entre o grupo de mulheres artesãs a necessidade da renda também comparece, mas enfatizam o espaço de sociabilidade, troca e convivência entre elas que existia, especialmente, quando se reuniam para produzir no próprio bairro. A senhora Rita comenta:

Quando a gente no bairro e se encontrava todo mundo era muito legal porque a uma ajudava, ensinava e aprendia. Acho que isso era o principal motivo pra gente ficar ali junta produzindo.

Como será mais bem discutido adiante, com a formação da loja e a perda desse espaço de sociabilidade, afrouxaram-se os laços e os motivos para a permanência no empreendimento.

III.2 O Poder Público na relação com os grupos

Poder Público Municipal e o Grupo Horta

O Grupo Horta, desde o início, estabeleceu uma relação com o Poder Público Municipal. Contudo, a mesma nunca foi formalizada, nem sequer houve qualquer clareza dos parâmetros que a balizariam, ou quais seriam as funções de cada parte. Em um primeiro momento, a participação da Prefeitura se deu por meio da disponibilização de dois terrenos vizinhos para a construção da sede e da horta. Posteriormente, os espaços de interlocução, entre ambos, praticamente se reduziram a tentativas de pedidos de membros do grupo, junto à prefeitura, para que a mesma atendesse a demandas emergenciais para sua manutenção (equipamentos, insumos, serviços). Por parte do Poder Público Municipal, constatavam-se promessas e respostas pontuais as poucas solicitações. A fala da senhora Jandira explicita esse modelo de relação:

A gente nunca sabe com o que pode contar. A gente vai tentar falar com alguém da prefeitura, sempre promete que vão ajudar.

A inconstância na relação com a Prefeitura Municipal acentuava o sentimento de insegurança junto ao grupo, sendo que as promessas funcionavam como um elo de manutenção da dinâmica do Grupo atrelada às expectativas de respostas por parte da mesma. Frequentemente discursos como: “*vamos pedir para o prefeito*” ou “*vamos pedir para a primeira dama*”, encaminhavam a ação do grupo, distanciando-os da compreensão de que são sujeitos de direitos e

reanimando, continuamente, o ideário assistencialista. Qualquer benfeitoria no projeto era apresentada como *"favor e bondade do governante municipal"* e não como direito conquistado pelos próprios sujeitos, mantendo-se a velha política de compadrio.

Desta forma, constatava-se não só a ausência de uma Política Pública destinada à geração de trabalho e renda, dentro dos princípios da Economia Solidária, mas a permanência de concepções de que o grupo não era capaz de se autoger, sendo importante uma administração externa, ou seja, a presença de alguém que pudesse coordenar e ordenar o que e como deviam fazer. Este quadro é mais preocupante, na medida em se reconhece a importância do Poder Público na viabilização dos projetos de Economia Solidária.

Outra ação da Prefeitura, que merece ser destacada, foi o oferecimento de cursos de formação, alguns inclusive em parceria com o SEBRAE, que visavam fomentar o *"espírito empreendedor"*, pautando-se no discurso de que o sujeito é autônomo e capaz de construir alternativas para superar sua condição financeira e social, independentemente dos condicionantes que vive. Assim, a transformação de sua condição de exclusão dependeria exclusivamente de sua motivação e atuação nesse sentido. Os cursos eram apostilados e organizados através de dinâmicas e palestras. A senhora Rosa fala sobre o curso:

Eu fico olhando a apostila olhando a apostila e parece tão bonito, mas não sei como usar aquilo nas coisas que a gente vive.

Contudo, essa concepção de "autonomia" apresentada alia-se muito mais à desresponsabilização do Poder Público na geração de trabalho e renda, do que ao real processo de emancipação dos sujeitos, reforçando inclusive o caráter individual. Não se observam, dessa forma, preconizados os princípios apontados pela Anteag (2005) para o processo de formação dos trabalhadores, na medida em que não há um efetivo diálogo com eles, considerando suas percepções e anseios. A senhora Rosa relatou:

Faço os exercícios, mas aquilo é papel e longe da vida da gente.

Vale citar, que em um dos conjuntos dos cursos promovidos, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, delimitava-se, inclusive, a "vocação de trabalho dos sujeitos". Ainda que uma das integrantes do grupo tenha se inscrito para o curso de informática, a mesma foi designada ao curso de formação em trabalhos domésticos, o que lhe causou grande desagrado e resultou na decisão de não realizá-lo. A senhora Jandira afirmou:

Eu não vou fazer esse curso de trabalhos domésticos. Eu queria aprender informática, me formar. Mas me encaixaram nesse outro sem eu querer. Fiquei chateada, nem vou voltar lá.

Analisando a postura do Poder Público Municipal, pode-se chegar a dois apontamentos. Um primeiro se refere à compreensão de que as ações da mesma sustentam-se pelos pressupostos

psicossociais da exclusão discutidos por Guareschi (1999). Isto porque, referenciam e reforçam as posturas de competitividade e subordinação dentro do grupo. Além disso, culpabilizam os sujeitos por seu insucesso na medida em que estes são significados como “*não sendo empreendedores*” e incapazes de se autogerirem, bem como os mantêm excluídos dos saberes, ou seja, que eles devem executar ordens externas, por administradores preparados para tal. Identifica-se, ainda, uma contradição nos discursos, visto que o sujeito é entendido enquanto autônomo no que se refere à responsabilização por sua condição social, por outro lado é entendido enquanto incapaz de constituir experiências autogestionárias bem sucedidas.

Um segundo apontamento refere-se ao reforço do individualismo que, conforme aponta Matheus (2000), sustentam o ideário do homem moderno e se coloca em detrimento à vivência do coletivo que é tão cara à Economia Solidária.

Constata-se, portanto, que as ações do Poder Público Municipal dificultam os processos de ruptura e superação necessários para que o grupo alcance uma maior autonomia, para que possa se autogerir e se torne autossuficiente. A partir das considerações de Silva (2002), pode-se entender que essas ações têm poucas chances de sucesso, no que diz respeito à adoção de novas práticas e atitudes por parte dos sujeitos. Isto porque os mesmos não foram considerados enquanto coletivo e nem se possibilitou processos que ultrapassassem a mera transmissão de conhecimentos técnicos, não sendo promovidos espaços que efetivamente facilitassem a reflexão e a tomada de consciência quanto aos aspectos fundamentais da forma como se organizam cotidianamente.

Poder Público Municipal e a associação de catadores

Por situar-se ao lado do Aterro Sanitário Municipal, a Associação sempre manteve estreita relação com o Poder Público local, diretamente com a Prefeitura Municipal, e posteriormente com o órgão que presta serviço de fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, que também era responsável por parte da gestão do aterro.

Vale ressaltar ainda que ocorreu na Associação uma intervenção da Prefeitura Municipal, que os convenceu a assinar um Termo de Convênio que em nada favorecia os mesmos e que registrava, inclusive, que a Prefeitura estava isenta de deveres junto à Associação. Além disso, a intervenção impactou negativamente na autonomia da gestão do empreendimento, pois indicou uma pessoa que os “ajudaria” nesse processo. Devido às características internas do próprio grupo (baixo grau de escolaridade, dificuldade de empoderamento das atividades, questionamento da efetividade da autogestão), eles não reagiram a esta imposição, mas ao contrário abriram mão de tarefas e funções que antes eles mesmos executaram. Constatou-se, assim, um retrocesso organizativo do grupo que, por esta ocasião, já havia desenvolvido alguns conhecimentos e ferramentas de gestão apropriados à sua realidade.

Algumas funções foram praticamente “terceirizadas” a essa pessoa do órgão em questão, tais

como a venda do material separado, a realização das contas e balanços, a verificação dos mesmos e a divisão da receita entre os associados. Vale ressaltar que a verificação do balanço é de responsabilidade do Conselho Fiscal, segundo o previsto no próprio Estatuto Social da Associação que fora elaborado coletivamente com os integrantes da época em que esta foi formalizada na atual pessoa jurídica. Contudo, após essa intervenção externa, o Conselho Fiscal não existiu para além do papel. Como afirmou a senhora Vera:

A gente não sabe mais das contas. Mas o Sr X sabe. Ele controla e evita de ter desvios.

Esta situação se manteve e fez com que os envolvidos no Conselho Fiscal, e demais membros, se posicionassem de forma cada vez mais passiva frente à realização das atividades de gestão do empreendimento. Além disso, observa-se a geração de um sentimento forte de paternalismo por parte dos associados com o agente externo, pois este é tratado como “pai” que, se não existisse ou não estivesse presente, todo o processo de desenvolvimento da Associação seria prejudicado. Ressalta-se que essa postura por parte dos associados era constantemente reforçada pelos agentes do Poder Público Municipal.

Quando questionado sobre o real papel desenvolvido por este agente externo, o associado (Nome) insistiu na importância do mesmo nas atividades da Associação:

Ele ajuda muito a gente aqui, todo mundo gosta dele. Se a gente pedir as contas pra ele, ele traz. Eu não sei por que vocês ficam falando mal dele, ele é o que mais ajuda a gente...

Desta forma, o trabalho de fiscalização das contas e apresentação destas para o grupo, ficou a mercê de uma pessoa de fora do grupo, que não participava de suas atividades cotidianas. Assim, os verdadeiros responsáveis pelo Conselho Fiscal permaneciam alheios aos processos que seriam de sua responsabilidade, assim como as funções do tesoureiro que também não eram executadas.

Pode-se dizer que houve um processo de “desaprendizagem”, na medida em que o grupo se desapropriou de questões e saberes importantes sobre sua organização e gestão.

Outra consequência dessa intervenção e falta de clareza quanto ao posicionamento do Poder Público Municipal, é explicitada na perda daquilo que fora aprendido pelo grupo enquanto um coletivo, pois se observou a centralização do grupo em uma das figuras que já apresentava certa liderança. Como disse o senhor João:

Eu não sei. Quem sabe é a presidente e é ela que decide.

Este posicionamento contribuiu para a desarticulação do grupo, conseqüentemente para o enfraquecimento da autogestão e para o entrave no seu desenvolvimento.

Mesmo com o posterior afastamento dessa figura designada pelo Poder Público Municipal, a relação de dependência frente a alguém já estava estabelecida. Assim, o lugar vago passou a ser

ocupado por um associado que já assumia posturas muito centralizadoras e pouco democráticas.

Ressalta-se, ainda, que o Poder Público não assumia sua responsabilidade nesse processo de perdas do aprendido anteriormente e de centralização, acusando constantemente os associados de incompetência e incapacidade. Como afirmou um dos representantes de uma autarquia municipal:

Aquilo é um antro. Porque o que a presidente fala eles obedecem e ela não é confiável. Assim, não tem porque colaborar com eles. Isso não vai mesmo pra frente.

Poder Público e a Associação de artesãs

Já a Associação de Artesãs, localizada em outro município, não chegou a estabelecer qualquer relação com o Poder Público. Mesmo quando este foi procurado pelos agentes apoiadores, este não demonstrou qualquer interesse em apoiar o Empreendimento, ou assumir a Economia Solidária enquanto pauta de Políticas Públicas.

Outros agentes

Merece destaque as intervenções e atuações de Organizações Não Governamentais (ONGs) junto ao grupo da Horta e à Associação de Catadores.

No caso da **Horta**, no início do ano de 2010, uma nova organização não governamental (ONG) se instalou no município. A mesma, que já possuía sede em outra cidade da região, apresentava uma relação estreita e pouco clara com o Poder Público Municipal, incluindo entre os seus dirigentes, inclusive, uma pessoa que ocupara cargo de confiança na gestão em questão.

O Poder Público Municipal saiu de cena atribuindo à ONG a responsabilidade de atuação junto ao Projeto, configuração esta que vai ao encontro das considerações críticas de Montaño (2002) acerca do papel desempenhado pelo Terceiro Setor frente ao afastamento do Estado no atendimento das demandas sociais. Como referiu a senhora Margarida:

Agora não é mais a prefeitura. É a ONG que vai ajudar a gente a conseguir o que a gente precisa.

A aproximação com o grupo se deu, especialmente, por intermédio de uma assistente social. Firmaram apoio na resolução dos problemas vivenciados cotidianamente, como as dificuldades de aquisição de insumos e serviços necessários à manutenção da horta. Entre as promessas, acenavam a possibilidade de repasses financeiros aos integrantes, sob forma de uma bolsa. Estas medidas de caráter imediato e assistencialista foram muito bem recebidas pelo grupo, promovendo o arrefecimento das resistências iniciais frente à entrada do novo agente. A senhora Jandira afirmou:

Parece que tem como ter um projeto e daí ter bolsas. Acho que é uma coisa assim...

Uma das primeiras ações da ONG foi a contratação de um dos membros do grupo que passou, desta forma, a ser funcionário assalariado e responsável pela organização da rotina de

produção da horta. Assim, em um dia eram companheiros de grupo e no outro havia se estabelecido uma relação de subordinação entre este “funcionário” e os demais membros do grupo. Destaca-se, ainda, que ele era o único homem do grupo, o que evidencia a questão da relação de dominação de gênero. Como disse a senhora Jandira:

Ontem a gente discutia junto, hoje você vai ter que obedecer?

Mais uma vez, ressalta-se a reafirmação dos pressupostos psicossociais da exclusão, restabelecendo-se hierarquias e processos pautados na heteronomia (GUARESCHI, 1999). Esta nova situação acentuou os conflitos entre o grupo e culminou com o afastamento do membro que havia sido contratado.

Outra intervenção da ONG foi a designação de um técnico (vinculado à prefeitura) que seria responsável pelas decisões técnicas e produtivas da horta. Contudo, essa atuação foi apenas figurativa, na medida em que nunca compareceu à horta. Ressalta-se que a existência, apenas em promessa, dessa figura fez com que não procurassem ajuda técnica por outros meios. Decorreu-se, dessa forma, um progressivo processo de desempoderamento do grupo.

Assim, constatou-se, nesse momento, uma desarticulação do grupo e o fortalecimento de expectativas assistencialistas que os isentava de uma postura mais ativa no processo de geração de trabalho e renda. Reinstalou-se o trabalho fragmentado e a alienação dos sujeitos. Portanto, são práticas que tiveram um efeito oposto ao proposto pela Anteag (2005), de que todos os trabalhadores da empresa/empreendimento sejam responsáveis pelos mesmos, através da aquisição de uma visão organizacional estratégica do negócio e da sua relação com o campo político.

Contudo, após poucos meses, a frequência de membros da ONG, à horta, reduziu-se drasticamente, até sua extinção sem maiores explicações ao grupo. Este fato gerou grande revolta. A senhora Margarida afirmou:

O pessoal da ONG sumiu e não deixou endereço. Ninguém sabe o que se deu deles. E a gente ficou sem saber e sem rumo.

Contudo, os efeitos desse afastamento podem até ser considerados positivos, ainda que não tenham sido permanentes e solidificados. Afirma-se isso na medida em que reassumiram para si, mesmo que temporariamente, os rumos do empreendimento, reavaliando de forma crítica a atuação da organização não governamental e reafirmando a necessidade de serem autônomos.

O caráter perverso, apontado por Montañó (2002), na atuação de algumas organizações do Terceiro Setor também foi vivenciado pela **Associação de Catadores**. A associação foi procurada por uma ONG, com sede no Rio de Janeiro, que se apresentou como interessada em colaborar com o grupo, na medida em que desenvolviam atividades sociais. Poderiam conseguir equipamentos e benefícios se provassem a produção e, portanto, a colaboração que exerciam para o meio ambiente. A senhora Kátia relatou:

Eles disseram assim: quando vocês conseguirem provar que produzem um tanto, vamos conseguir para vocês coisas que vocês precisam.

Segundo a representante da ONG, que mantinha contato diretamente com representantes da Associação, essa comprovação viria pela entrega de cópias das taras de produção, ou seja, dos materiais separados e vendidos. Assim, quando atingissem um volume de produção adequado (nunca explicitado qual era) receberiam benefícios. O senhor Joaquim disse:

Ela diz que a gente tá quase chegando no que precisa pra ganhar, que falta comprovar que produziu só mais um pouco.

Contudo, a associação nunca chegou a receber qualquer contrapartida da ONG, apenas um computador ultrapassado, com poucas condições de uso. Quando a representante da ONG foi questionada por integrantes da Universidade, sobre os reais usos das taras que recolhiam mês a mês, ela não conseguiu explicar com clareza. Sendo solicitado o contrato assinado, a mesma não o mostrou, mas apenas outro assinado por outra associação de catadores da região. Bastante lacônico, o documento não explicitava qualquer compromisso da ONG com a Associação. O documento dizia apenas sobre possibilidades de benefícios e estabelecia como dever da Associação o fornecimento das taras que comprovavam a produção, ou seja, que registravam a quantidade de material separado e comercializado.

Descobriu-se que a mesma estava vinculada a uma grande empresa multinacional, sendo que tanto a ONG, quanto a empresa precisavam apontar indicadores de colaboração com a logística reversa e, portanto, com projetos de reciclagem.

Após as solicitações de explicações e do contrato, a representante da ONG nunca mais compareceu à Associação de Catadores e devolveu as taras da Associação que tinham sido retidas.

Representação acerca das funções que seriam próprias de cada agente

Buscou-se compreender como os associados significavam as funções da universidade, do poder público e suas próprias, assim como no entendimento de quais funções os agentes do poder público atribuíam para si e para os grupos.

A partir da análise da trajetória e dinâmica dos grupos e da relação destes com outros agentes, destaca-se a força do ideário assistencialista, presente nas ações de todos os sujeitos dos processos. Esta concepção turvava os entendimentos a ponto de que os grupos eram distanciados da compreensão de que se constituíam sujeitos de direitos, sendo desta forma o acesso ao trabalho e à renda algo que deveria ser conquistado pelos mesmos e garantido através de Políticas Públicas.

A dificuldade de ruptura com esse modelo se expressava intimamente nas representações acerca de quais seriam as funções cabíveis a cada segmento (grupo, universidade, poder público). Diante disso, os posicionamentos, fosse por parte dos grupos, fosse por parte de representantes do poder público, designavam aos agentes ou o lugar daquele que oferece ou o lugar daquele que

devem receber e responder de forma positiva e agradecida frente ao oferecido.

Esse posicionamento constituía-se, assim, em um dificultador para o clareamento dos efetivos papéis e funções que caberiam a cada um dos agentes, bem como para a reconfiguração dos membros do grupo como cidadãos de direitos. Desta feita, a tônica era essa: a falta de clareza acerca dos papéis e funções. A fala da senhora Jandira aponta nesse sentido:

Ah... acho que a função deles (poder público municipal) era ajudar a gente, né? Tem muita coisa que a gente precisa.

A fala de um assessor do Poder Público Municipal também indica a presença do ideário acima mencionado:

A prefeitura ajuda naquilo que pode, né? Agora vai deles trabalharem e fazer o negócio crescer.

Destaca-se, ainda, que a falta de clareza também se dava em relação ao papel da Universidade, afinal, que tipo de apoio seria esse? Qual o interesse? Quais seriam os balizadores dessa relação? Como diz o senhor Geraldo:

Então, vocês ajudam a gente a organizar as coisas.

III.3 Apropriação da economia solidária e autogestão

Associação de Catadores

Na Associação de Catadores constatou-se que o coletivo destacava a gestão como algo associado exclusivamente à produção. Os associados entendiam que gestão é organizar a produção, ou seja, definir onde cada associado devia ficar na produção, se na esteira, na baía, no galho, entre outras atividades. Portanto, gestão restringia-se, nessa concepção, à organização do trabalho em si. Destaca-se, ainda, que as atividades administrativas não eram percebidas como trabalho. Portanto, o tempo despendido com as mesmas era significado como desperdiçado, sendo que quem as realizava não estaria trabalhando. Desta feita, não consideravam parte da gestão a organização das atividades relativas às funções estatutárias, nem as reuniões semanais para as decisões entre o grupo ou para a prestação de contas, assim como as atividades desempenhadas pelo conselho fiscal.

Essas atividades puramente relacionadas com a gestão do negócio eram esquecidas e não consideradas como parte importante para a manutenção das ações que sustentam e geram os resultados econômicos. Como afirmou o senhor Genival:

Não é justo eu ficar na esteira em pé e no calor, enquanto outro está sentado e com ventilador para ficar fazendo conta.

Mesmo com o conceito de autogestão definido pelo próprio grupo, como ação coletiva de tomar decisão, fazendo reuniões para discussão e trabalhando igualmente, as decisões eram tomadas hegemonicamente por três associados. Além disso, as reuniões eram raramente convocadas, segundo os outros associados, sendo realizadas quando o grupo de pessoas do Projeto de Extensão

comparecia. Esta dificuldade para participar dos processos deliberativos do grupo se deve, principalmente, pela diferença de alfabetização e conhecimentos escolares entre eles. Retomam-se as considerações de Guareschi (2002) quando posiciona a exclusão dos saberes como um dos pressupostos psicossociais da exclusão. Desta forma, a exclusão do saber da língua escrita e outros saberes formais gera outras exclusões e manutenção de relações de subserviência.

Pode-se afirmar que há uma compreensão do que é autogestão entre os associados, o que não significa a apropriação desse princípio como práxis. A interiorização da autogestão se torna mais complicada pelo fato de as pessoas que trabalhavam, por ocasião da pesquisa, na associação, terem vivenciado outras experiências de trabalho, em que predominava a gestão baseada na heteronomia, em que a decisão em conjunto, com solidariedade, foco no sujeito e cooperação não eram observadas. Assim, faz-se necessário quebrar o costume de simplesmente seguir metas e objetivos que muitas vezes não são estabelecidos pelo indivíduo e que não é significante para os sujeitos. Os associados careciam não só compreender, mas internalizar que o coletivo define regras que devem ser seguidas, as metas que devem ser cumpridas, pois ninguém melhor que os próprios sujeitos, no processo de organização do trabalho, para identificar as dificuldades, as formas de superá-las e qual caminho tomar.

Contudo, a intervenção do Poder Público fortaleceu a heterogestão e o centralismo em detrimento da autogestão. Ao mesmo tempo em que o Poder Público cobrava esta postura e salientava que os associados não eram capazes de gerir seu empreendimento. Isso pode ser observado nesta fala: *“pessoas que não eram capazes de se auto-organizar e gerir, precisando sempre de alguém que fosse realmente capaz de avaliar as situações e tomar as decisões por eles”*.

Uma característica da relação de grande parte dos associados com o trabalho e a participação na Associação era a transitoriedade, resultando assim em alta rotatividade, o que dificultava a formação e a vivência desses em um grupo autogerido. Muitos dos sujeitos que passaram pela Associação não a viam como seu local de geração de trabalho e renda permanente, ou como o local de tornar melhor a sua condição de vida, mas sim como uma ocupação de caráter provisório e que, portanto, era tratada como algo desvinculada de sua vida social. Entendiam, dessa forma, que “era um trabalho temporário até conseguir uma coisa melhor” (NOME). Esse sentimento dificultou a construção de uma cultura enraizada nos princípios da Economia Solidária, que impossibilitasse a efetiva reprodução dos processos de alienação vivenciados em empresas capitalistas. Como afirmou o senhor Riovaldo:

Prefiro patrão, depender da consciência do outro não dá certo.

A figura do patrão era vista, pelos associados, como uma pessoa que detém maior conhecimento acerca do trabalho executado, de seu funcionamento e organização, e que possui maior grau escolar, sendo assim, apto a resolver os problemas e tomar as decisões necessárias para

o bom desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, reforça-se que o processo de alfabetização do grupo é de suma importância para a emancipação dos sujeitos e desenvolvimento do coletivo (VERARDO, 2005).

No grupo, havia apenas uma pessoa que, para os associados, poderia assumir este papel, devido ao seu posicionamento de liderança na tomada das decisões e grau de escolaridade maior, que lhe conferia “entendimento maior do processo produtivo”. O grupo legitimava este posicionamento, mesmo sendo esta pessoa do sexo feminino, sendo vista como o “patrão” da associação. Esse “poder concedido” à associada fez com que ela ultrapassasse os limites de sua função, como presidente, negligenciando o poder de decisão da Assembleia. Observa-se que esta relação entre a presidente e o grupo reproduzia

e recriava a relação patrão/empregado, vivenciada por eles em suas histórias de vida e trabalho.

Ao longo dos trabalhos esse centralismo foi problematizado, notando-se uma maior participação de outros associados, tomando a palavra, durante as reuniões, o que foi favorecido por trabalhos realizados em subgrupos, onde se sentiam mais a vontade para expressar suas opiniões. Contudo, como discutido em tópico anterior, esse aprendizado foi arrefecido por intervenção do Poder Público Municipal.

A construção coletiva do sentido desse colegiado passava, inclusive, pela compreensão e apropriação de ferramentas de controle financeiro e gestão, pontos que também foram trabalhados com os associados. Igualmente identificaram-se avanços que não se enraizaram, frente às intervenções externas que colaboraram para desarticular o grupo.

Assim, o que depreende é que a autogestão, para se efetivamente empoderada, precisa ser constantemente trabalhada com o grupo, bem como experienciada. É importante ressaltar que este princípio da economia solidária, bem como os demais, não são interiorizados pelo grupo, pois há barreiras que dificultam este processo, como: a vivência do trabalho organizado sob a lógica do modo de produção capitalista, as interferências externas, a baixa escolaridade e a alta rotatividade das pessoas

que entram na Associação.

Estes dificultadores são um entrave para que se construa uma cultura própria, na qual os conceitos estejam bem estruturados e interiorizados (ANTEAG, 2002). Com isso, o Conselho Fiscal, os cargos administrativos e a Assembleia não realizam suas obrigações como

descritas no Estatuto Associação, fazendo com que se estabeleça uma lacuna da atuação ideal e correta e aquela que se efetiva.

Grupo Horta

A organização inicial do grupo, previamente determinada, construiu marcas profundas que o acompanham enquanto permanência, ao longo de sua trajetória. O fato de o projeto ter sido de autoria de um médico do Ambulatório DST/AIDS, vinculado à Prefeitura Municipal, colaborou para o desenvolvimento de sentimento de dependência de seus integrantes em relação a este e outros agentes externos. Assim referiu a senhora Rosa:

O Dr. fez o projeto e ganhou o prêmio que dava bolsas pra gente, depois as bolsas terminaram, mas seria bom mesmo se ele tivesse conseguido de novo.

Vale lembrar, também, que os membros do grupo são pessoas marcadas por processos de exclusão e que, muitas vezes, vivenciaram uma relação basicamente de caráter assistencialista com o poder público e outras instituições. Outro agravante é a vivência social do preconceito em relação ao fato de conviverem com o HIV. Isto porque o contágio pelo HIV, desde seu início, foi associado a grupos sociais marginalizados (prostitutas, homossexuais e usuários de drogas), sendo os seus portadores representados como “vítimas” ou culpados pelo adoecimento (ALMEIDA; LABRONICE, 2007). A permanência do preconceito social em relação aos portadores do HIV pode ser constatada na reação dos moradores do bairro onde a horta foi construída. Os mesmos organizaram um abaixo assinado, solicitando providências à Prefeitura para que o projeto não fosse instalado no bairro, visto que era um local tranquilo e a presença de drogados e prostitutas poderia influenciar negativamente, especialmente, os jovens. Como não conseguiram impedir sua instalação, exigiram que o local fosse murado. Essas representações sociais pejorativas participam da constituição da autoimagem dos sujeitos de forma estereotipada, enquanto incapazes socialmente. A senhora Jandira:

De tanto sê tratada assim a gente acaba acreditando que é bicho mesmo. Já espera o preconceito e estranha quando é diferente.

Segundo Guareschi (2002), nos processos de legitimação da exclusão é necessário que se encontre uma vítima expiatória sobre a qual recai e se descarrega a discriminação. Essa vítima é o próprio excluído, que é representado como um indivíduo que constrói a si próprio, independente das condições materiais de existência. Destarte, cria-se uma justificativa apartada das relações sociais excludentes em que o mesmo está engendrado. Tais justificativas atribuem a causa da exclusão a características e/ou comportamentos dos próprios sujeitos que as enfrentam.

A vivência constante da discriminação faz com que muitos acabem por significar a condição de exclusão como inexorável, não se reconhecendo enquanto sujeitos de direitos, mas sim enquanto pessoas que até podem receber pequenos benefícios “dados por órgãos governamentais e não governamentais”. Acabam por acreditar que devem se “contentar” com suas condições de vida (PERES, 2002).

Assim, qualquer proposta de promoção da autonomia, deve se atentar ao histórico dessas pessoas e almejar a ruptura com o socialmente instituído. Trata-se, portanto, de um processo que visa reconstruir imagem, relações e seus significados. Contudo, também os agentes apoiadores se constituem atravessados por estas representações socialmente constituídas, havendo, portanto, grandes chances de reproduzi-las em suas práticas.

Seria relevante, portanto, que os próprios apoiadores reconhecessem essa dinâmica e pudessem funcionar enquanto favorecedores das reflexões grupais. Assim, esses agentes precisariam superar a posição de “externos” para se colocarem em uma condição de aprendizagem contínua e conjunta com o grupo. Contudo, isso acabou por não se efetivar.

Analisando como este processo ocorreu neste grupo, constatam-se dificuldades de rupturas, conforme acima preconizado, expressas pela negação, em várias situações em que há a necessidade de assumir os processos de tomada de decisões. Estas, em muitos momentos, apresentavam um caráter individual, assumidas por uma pessoa do grupo, sendo a mesma significada negativamente pelos demais componentes do grupo: "*ele(a) quer mandar*". A manutenção deste funcionamento remetia à presença constante de bodes-expiatórios - integrantes do grupo que eram representados pelos demais como responsáveis por problemas vivenciados pelo grupo (GAYOTTO, 1996). Isto se deu na medida em que ainda não conseguiam superar expectativas mágicas acerca de agentes únicos e/ou externos (responsáveis pelos fracassos e dificuldades do grupo). Atribuiu-se os papéis de liderança aos membros do programa de saúde e da Prefeitura que, por sua vez, não raramente, os assumiam e reforçam a condição de gestão heterônoma, resolvendo problemas e decidindo por eles. Isto dificultou o processo de aquisição de autossuficiência e a possibilidade de se reconhecerem capazes de prover, a si e aos seus, sem a necessidade de programas assistencialistas como o próprio projeto, em alguma medida, se constituiu.

Desta forma, a questão da geração de renda, assim como a sistematização da produção ficaram comprometidas, indicando que as mesmas não foram assumidas enquanto sentidos para o grupo (o que, como dito, inclui-se a equipe nessa forma de perceber), assim como pelos agentes públicos.

Associação de Mulheres artesãs

Inicialmente as mulheres do grupo foram bastante resistentes em se apropriarem da gestão do empreendimento e dos saberes necessários para que isso ocorresse. Alegavam um não saber e percebiam o mesmo como algo que dificilmente seria superado. Mais uma vez destacam-se as compreensões de Guareschi (2002), acerca dos processos sociais de exclusão, em que o excluído se culpabiliza pela situação precária em que vive. Como afirmou a senhora Rosana: Minha cabeça não dá pra isso.

Mantinhm-se, portanto, na posição daquelas que até sabem produzir e que necessitam de

outros para administrar. Entendiam que os Universitários poderiam desempenhar essas atividades. Ainda a senhora Rosana: Quem estuda pra isso, faz isso melhor. É mais seguro.

Ao longo do trabalho desenvolvido pelo Projeto de Extensão Universitária, houve uma construção de ferramentas de gestão, em parceria com as mulheres, adequadas ao grupo. Contudo, ainda insistiam em centralizar essa função em uma delas, que era mais nova e possuía mais anos de estudos. Ainda assim, vale destacar que passaram a compreender os processos, ainda que temessem realizá-los e responderem pelos mesmos.

Constatou-se uma apropriação mais efetiva em relação à produção, organizando a dinâmica de forma que pudessem responder às encomendas, bem como na criação de novos produtos. Apropriaram-se da marca e do seu fazer. Como referiu a senhora Julieta:

A gente tem a nossa marca. A gente sabe controlar o que compra, vende, quanto cada coisa custa e que não vale a pena fazer.

Dos grupos acompanhados, pode-se dizer que foi aquele que permaneceu por mais tempo funcionando de forma mais autogestionária, havendo significativa cooperação entre as componentes. Além disso, foi o único grupo que se formou por decisão delas, diferentemente dos outros dois que foram idealizados e estimulados por agentes externos, Prefeitura Municipal e médico.

IV. CONCLUSÕES

Destaca-se que o viés assistencialista permeou a ação de todos os agentes. Pode-se dizer que a compreensão do trabalho e da renda enquanto direitos não se consolidou, seja por parte dos integrantes dos grupos, seja por parte dos agentes externos.

Desta forma, a incorporação dos princípios da Economia Solidária no cotidiano dos grupos, posicionou-se enquanto um desafio que em poucos momentos foi contemplado. Mesmo porque faltava clareza quanto à função de cada agente, bem como a construção efetiva de metas e projetos coletivos. A autogestão, a tomada coletiva de decisões, a apropriação do conhecimento acerca dos processos de produção e gestão foram mais observados na Associação de Artesãs que não sofreu nenhum processo de ingerência (diferentemente dos outros dois grupos) por parte, especialmente, do Poder Público Municipal.

No que se refere à atuação do Poder Público Municipal, identifica-se que o mesmo, além de não colaborar para o desenvolvimento dos dois grupos (Horta e Associação de Reciclagem), foi um elemento dificultador em muitos momentos. Ressalta-se a ausência de políticas públicas destinadas à geração de trabalho e renda, dentro dos pressupostos da Economia Solidária e a manutenção de práticas assistencialistas e clientelistas.

Contudo, se mesmo diante de tantos entraves observam-se avanços, ressalta-se o quanto podem ser efetivas relações realmente articuladas na direção das transformações sociais. Assim, os

limites dessa experiência apontam para as possibilidades de êxito dos trabalhos dentro da perspectiva da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. C.; LABRONICI, L. M. A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral. In. *Revista Ciência e saúde coletiva*; v. 12(1), jan-mar 2007, p. 263-274.
- ALVES, A. J. O Planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 77, p.53-61, maio, 1991.
- ANTEAG. Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. "Economia solidária e democracia". In: *Seminário economia popular solidária no fórum social mundial*. Porto Alegre, 2002.
- ANTEAG. Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. Vols. 2. São Paulo: ANTEAG, 2005.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CASTANHEIRA, M. E. M., PEREIRA, J.R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da Autogestão. *Psicol. estud.* [online]. 2008, vol.13, n.4, pp. 703-711.
- COUTINHO, M.C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LUCKMANN, L. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. In. *Psicologia e Sociedade*. v. 17 n.1. jan/abril. Porto Alegre, 2005.
- GAYOTTO, M. L. *Líder de mudança e grupo operário*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUARESCHI, A. P. Presupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In. SAWAIA, B.B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 141 – 156). Petrópolis: Vozes, 2002, p. 141-156.
- MATHEUS, T.C. Individualismo e desejo contraditório na formação de grupos. In: MOTTA, M.E.F.; FREITAS, M.E. *Vida psíquica e organização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 117-129.
- MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PERES, W. S. Biossociabilidade contemporânea e a expressão travesti. *Revista de Psicologia da UNESP*. v. 1, 2002.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da economia solidária no Brasil, 2005. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>>. Acesso em: 08 jun. 2011.
- SILVA, R.C. *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor, 2002.
- VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S. L. (Org.). *Economia Solidária e Autogestão – Encontros Internacionais*. São Paulo: PW Gráficos e Editores. 2005.